

O ARQUIVISTA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO E SOCIOEDUCATIVO: NOVOS CENÁRIOS DE ATUAÇÃO

Larissa Duarte Neves

Mestre em Ciência da Informação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

me.iddneves@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3358-9013>.

Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho

Doutora em Documentación: Archivos y Bibliotecas en el Entorno Digital. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

eliana.maria@ufsc.br

<https://orcid.org/0000-0003-4037-3189>.

RESUMO

O desenvolvimento, as transformações e o surgimento de inovações no mundo contemporâneo impactam os aspectos de organização e de modalidade laboral e resultam em um mercado de trabalho mutável que almeja serviços baseados em competências. Para atender às demandas surgidas, os profissionais necessitam aperfeiçoar seus perfis e se demonstrarem qualificados para o desempenho de suas funções em ambientes distintos, isto é, a inserção de inúmeras profissões em novos cenários de atuação. Este estudo caracteriza-se como pesquisa básica, qualitativa, descritiva e bibliográfica que ambiciona o estímulo do ponto de vista da arquivística inserida em ambientes que se diferem de unidades de informação. O objetivo geral é descrever as competências do Arquivista para a sua atuação profissional no Sistema Penitenciário e Socioeducativo. Os objetivos específicos buscam: a) apresentar a transgressão da Ciência da Informação; b) caracterizar o Sistema Penitenciário e Socioeducativo em esfera nacional; c) descrever as competências do Arquivista na perspectiva do trabalho. A elaboração do estudo justifica-se pela possibilidade de contribuir com a produção de material teórico e informativo da área, que retrate a progressão, transdisciplinaridade, ruptura de paradigmas e a subsistência da Arquivologia no mercado de trabalho. Resulta que o Arquivista que vincula suas atribuições às suas competências executa serviços eficazes e eficientes com perspectiva de futuro e de sucesso, e torna-se um profissional com perfil almejado no mercado de trabalho, capacitado para trabalhar em diversos ambientes e atender as demandas informacionais modernas.

Palavras-chave: Arquivista. Ciência da Informação. Competências. Sistema Penitenciário e Socioeducativo. Transdisciplinaridade.

THE ARCHIVIST IN THE PENITENTIARY AND SOCIO-EDUCATIONAL SYSTEM: NEW SCENARIOS OF ACTION

ABSTRACT

The development, transformations and innovations in the contemporary world impact aspects of organization and work modality and result in a changing labor market that seeks services based on competences. To meet the new demands, professionals need to improve their profiles and demonstrate that they are qualified to perform their duties in different environments, that is, the insertion of numerous professions in new scenarios of action. This study is characterized as basic, qualitative, descriptive and bibliographical research that aims the archival inserted in environments that differ from information units. The general objective is to describe the skills of the Archivist for his professional performance in the Penitentiary and Socio-educational System. The specific objectives: a) present the transgression of Information Science; b) characterize the national Penitentiary and Socio-educational System; c) describe the skills of the Archivist. The elaboration of the study is justified by the possibility of contributing to the production of theoretical and informative material, which portrays the progression, transdisciplinarity, rupture of paradigms and the subsistence of Archivology in the job market. As a result, the Archivist who links his functions to his competences performs effective and efficient services with a future and success perspective, and becomes a professional with the desired profile in the job market, qualified to work in different environments and meet modern informational demands.

Keywords: Archivist. Information Science. Competence. Prison System. Transdisciplinary.

Recebido em: 23/11/2021

Aceito em: 04/08/2022

Publicado em: 22/12/2022

1 INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo caracteriza-se pelas ininterruptas modificações sociais nos aspectos culturais, econômicos e políticos, bem como pelas inovações que emergem nas ciências, automações, biotecnologias, tecnologias da informação e da comunicação, as quais refletem nas formas de manifestações humanas em sociedade e geram o acúmulo de informações. Corrobora-se esta concepção por meio da perspectiva de Harari (2018), que compreende que a sociedade testemunha uma revolução pertinente e proeminente, a qual permite a confluência do aprendizado de máquina e robótica à cognição humana.

O progresso de ciências acelera-se com auxílio da automação e inteligência artificial, que auxiliam no funcionamento e no aprimoramento de equipamentos mais inteligentes, e refletem no processamento da ampla quantidade informacional que requer que indivíduos distingam os dados relevantes dos irrelevantes para a construção de saberes e prevenção da desinformação populacional (HARARI, 2018). Esta revolução repercute no processo de desenvolvimento e, por conseguinte, transformação de modalidades de trabalho, contexto que ressalta a relevância e imprescindibilidade da informação e conhecimento no domínio e aprimoramento de competências dos indivíduos.

Inovações sociais impactam novas formas de organização trabalhista e resultam em um mercado de trabalho flexível e mutável que ambiciona a implantação dos modelos de formação e gestão de serviços baseados em competências (DELUIZ, 2001). As hodiernas procuras por profissionais que preencham cargos e ocupações enfatizam a capacidade de estimulação, adaptação, atualização e demais conhecimentos, habilidades e atitudes que atendam as demandas da população (SANTOS; AGUIAR, 2020). A busca por indivíduos que completem as lacunas impostas por um mercado que almeja perfis inovadores causa impactos às inúmeras profissões, inclusive, a arquivística.

O Arquivista é o profissional habilitado para atender as necessidades informativas da sociedade através do exercício de suas atribuições de tratamento, gerenciamento, gestão, custódia e salvaguarda da informação, além de possibilitar a pesquisa, difusão cultural e a recuperação informacional (DUARTE, 2006; BELLOTTO, 2007). A informação caracteriza-se o componente fundamental para diversas áreas, pois se influencia por transformações e avanços globais que a tornam um bem de valor, formada por fatos críticos que motivam a construção do conhecimento, o desenvolvimento, a criatividade e a inovação humana.

No Sistema Penitenciário e Socioeducativo, a informação é um elemento constante e precípuo, uma vez que além do seu uso estratégico para o combate do crime organizado e a garantia da segurança pública (Sistema Penitenciário), simultaneamente contribui no processo de tomadas de decisões e medidas socioeducativas finalísticas para educação e ressocialização de adolescentes em conflito com a lei (Sistema Socioeducativo).

O trâmite informacional entre os estabelecimentos penais e de privação de liberdade do Sistema e entre instituições coirmãs de segurança pública é essencial para subsidiar o poder decisório contra possíveis e previsíveis acontecimentos criminosos que ameacem o Poder Público e a população (FIORAVANTE; FELICIANO, 2016). Le Coadic (2004) realça que o diálogo é o constituinte central de todos os sistemas de informação e significa uma comunicação orientada para um objetivo, portanto, é crucial o intercâmbio de informações em instituições públicas e privadas para a tomada de decisão e etapas do planejamento.

O ingresso do Arquivista no sistema prisional oportuniza que este profissional exerça suas atividades de metodologia arquivística em um campo que pondera a informação e se caracterize um novo cenário de atuação, isto é, um ambiente heterogêneo aos Arquivos. Ao utilizar a expressão “novos cenários de atuação” almeja-se a representação dos locais em que o Arquivista seja capacitado para laborar, embora se diferenciem dos acervos de unidades de informação. Na cronologia da trajetória da arquivística, e por um determinado período de tempo, considerava-se o profissional da área como custodiador da informação, qualificado para desempenhar suas atribuições apenas em unidades de informação. Esta interpretação acarretou em paradigmas referentes ao trabalho executado pelo Arquivista, os quais limitaram e predefiniram Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação como ambientes tradicionais e habituais de atuação profissional dos mesmos. Com o progresso da Arquivologia e da Ciência da Informação, o Arquivista transpôs de custodiador para o mediador da informação, reconhecimento e capacitado para realizar a gestão, tratamento, gerenciamento e difusão informacional conforme as normas, legislações e procedimentos técnicos arquivísticos e em conjunto às funções arquivísticas e princípios da Arquivologia.

Em resultado do desenvolvimento da área que, por conseguinte, ocasionou à quebra desses paradigmas, o Arquivista tornou-se responsável por participar do progresso social no exercício de sua profissão (BAHIA, 2018). Na abrangência contemporânea dos modos de organização do trabalho requer-se que este profissional aprimore constantemente suas competências para exercer suas tarefas em ambientes diversos. No Sistema Penitenciário

e Socioeducativo, o Arquivista necessita realizar serviços eficientes sob as demandas das informações sigilosas e criminalísticas, tema carente de base teórica nacional para melhor compreensão e inserção na formação de indivíduos, autonomia do aprendizado contínuo, e no exercício da cidadania correlacionada à segurança pública.

O tema deste estudo almeja o estímulo do ponto de vista de inserção da arquivística em ambientes que se diferem dos Arquivos. O objetivo geral é descrever as competências do Arquivista para sua atuação profissional no Sistema Penitenciário e Socioeducativo. A estruturação dos objetivos específicos busca: a) apresentar a transgressão da Ciência da Informação; b) caracterizar o Sistema Penitenciário e Socioeducativo em esfera nacional; c) descrever as competências do Arquivista na perspectiva do trabalho.

Neste estudo, os termos “transgredir”, “transgressão” e “transcendência” alicerçam-se à Ciência da Informação, Arquivologia e ao Arquivista para representar os avanços das áreas enquanto ciências, além de refletir sobre as novas oportunidades, desafios, campos e conhecimentos acometidos ao profissional.

A elaboração do presente estudo originou-se da motivação e afinidade particular da pesquisadora que, em conjunto à sua atuação profissional em um órgão público da esfera prisional, familiariza-se com pesquisas de vertentes da segurança pública, documentação sigilosa e criminalística, e de sigilo informacional desde a sua graduação em Arquivologia. Este intercâmbio de experiências exigiu o aprofundamento dos conhecimentos referentes às competências do Arquivista, bem como estimulou a exploração deste profissional em cenários transdisciplinares. A concretização desta pesquisa justifica-se pela finalidade de produzir e contribuir com material teórico e subsídio informativo aos estudos arquivísticos que exploram a ruptura de paradigmas historicistas da área, sua progressão e permuta de saberes e fazeres entre campos transdisciplinares, além de sua subsistência no mercado de trabalho, com base nas competências de seus profissionais.

2 TRANSGRESSÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Em percepção ampla e tradicional, a Ciência da Informação remete-se a uma ciência e área do conhecimento, cujo objeto de estudo é a informação, desde a sua gênese à sua transfiguração em conhecimento.

Na literatura da área, na tentativa de conceituar Ciência da Informação, Borko (1968) a caracteriza como disciplina que visa à otimização de acesso e utilização da informação como ciência interdisciplinar derivada e relacionada aos campos científicos similares.

Dentre os diversos conceitos e definições do termo “informação”, vistos na literatura científica, Buckland (1991) a distingue como processo, conhecimento e coisa. Enquanto processo, refere-se ao ato de informar um fato inédito ou uma comunicação de saberes; como conhecimento, a informação é classificada como um comunicado particular, assunto ou evento; e como coisa, é caracterizada como informativa e se atribuí aos objetos, dados e documentos. Neste viés, entende-se o termo “conhecimento” como conjunto sistemático das informações obtidas e ordenadas que permitam a interpretação de uma determinada natureza ou fenômeno (TARGINO, 1995). Em conjunção, o autor Saracevic (1996) define o termo “informação” como um conjunto de mensagens que influenciam nas tomadas de decisões (SARACEVIC, 1996).

Capurro (2003) estipula que a Ciência da Informação surgiu através dos paradigmas físico, cognitivo e social, pertinentes para seu processo de conceituação como disciplina, o qual realçou os aspectos sociais, indagou elementos subjetivos de modelos teóricos e refletiu em mudanças intelectuais na sociedade relacionadas ao sujeito como indivíduo. O paradigma físico refere-se ao objeto físico que um emissor transmite a um receptor, logo, desconsidera o papel do usuário na recuperação da informação; o paradigma cognitivo ressalta o sujeito, de modo individual, o qual possui modelos mentais transformados no decorrer do processo informacional; e o paradigma social, que considera a informação relacionada ao contexto, situação, motivação e intencionalidade, não somente como uma mensagem processada a um nível cognitivo. (CAPURRO, 2003).

Com embasamento nas conceituações desta área, determinados autores retratam a Ciência da Informação como um campo social que estabelece diálogos entre disciplinas distintas. Destarte, a literatura apresenta seus avanços e transgressões ao identificá-la e defini-la como uma área inter, pluri, multi e transdisciplinar. Em delineação cronológica, Pombo, Guimarães e Levy (1994) salientam que a Ciência da Informação não exerce apenas a inter, mas a pluridisciplinaridade como justaposição entre disciplinas distintas.

Em seguida, Saracevic (1996) ressalta que a interdisciplinaridade constitui esta área, devido a sua ligação inevitável com a Tecnologia da Informação, e pela participação ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação. A interdisciplinaridade proporciona

os diálogos entre áreas e a comunicação de conhecimentos, teorias e modelos, e resulta em ações colaborativas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003). Por este seguimento, Targino (1995) conceitua a Ciência da Informação como área interdisciplinar, devido à interação entre disciplinas, em contrapartida, ressalta os fatores de transdisciplinaridade referentes à percepção de fatos e fenômenos mediante a transcendência como uma única disciplina. Pinheiro (1999) retoma as definições de interdisciplinaridade na área e reconhece que a em oposição à transmissão dos próprios conhecimentos obtidos, gerados e organizados, a Ciência da Informação é que incorpora mais contribuições de outras áreas.

Bicalho e Oliveira (2005) ressaltam o aspecto de multidisciplinaridade da área, como uma estratégia de aproximação e cooperação entre disciplinas através de diálogos antes inexistentes. É limitada devido à justaposição das metodologias diversas, mas cada área responsabiliza-se por sua própria lógica e fronteira. Há questões complexas que se tornam inviáveis ao serem tratadas de modo monodisciplinar e acarretam “o desafio de religar elementos comuns de diferentes disciplinas para tratar de assuntos pertencentes a cada uma, sob diferentes ângulos”. (BICALHO; OLIVEIRA, 2005, p. 3).

Pinheiro (2007) corresponde à compreensão de Pombo, Guimarães e Levy (1994) e restitui a pluridisciplinaridade na Ciência da Informação, que se entende pela justaposição de diversas disciplinas similares para evidenciar relações existentes entre as mesmas, ou seja, complementação das disciplinas que possuem um determinado objeto de estudo em comum, mas para fins paralelos. (PINHEIRO, 2007).

Neste estudo determinou-se a utilização do termo “transdisciplinaridade” à menção desta área, visto que retrata a transgressão de fronteiras entre disciplinas e a transição da Ciência da Informação, permite diálogos entre diferentes campos do conhecimento, além da livre circulação de informações e práticas entre as áreas. Em interseção aos aspectos descritos, o fator transdisciplinar resulta em mudanças metodológicas e epistemológicas; amplia pesquisas científicas sociais, pragmáticas e epistemológicas; bem como objetiva a compreensão do mundo hodierno que possui unidades de informação e do conhecimento como seus imperativos (GERLIM; SIMEÃO, 2017). Outro imperativo trata-se da sociedade da informação, constituída por usuários que se conectam diariamente nas redes e mídias sociais para disseminar dados frequentes que geram o anseio e demandas informacionais inovadoras de exponencial amplitude, especialmente, após o momento de enfrentamento pandêmico de Covid-19 vivenciado.

Neste cenário, o desenvolvimento mundial e a origem das demandas informacionais inovadoras oferecem novos espaços e horizontes para a Ciência da Informação e permite seus avanços como ciência e área de atuação. Na arquivística, a evolução da área rompe paradigmas e vincula-se ao ato de “saber fazer” do profissional, isto é, a capacitação do Arquivista para desempenhar as atribuições da sua profissão em qualquer cenário laboral. A transdisciplinaridade permite que a Ciência da Informação e Arquivologia relacionem-se ao âmbito prisional com o intuito de compartilhar saberes mútuos para o aprimoramento e execução de seus serviços com eficiência e eficácia.

3 SISTEMA PENITENCIÁRIO E SOCIOEDUCATIVO BRASILEIRO

Em extensão brasileira, o sistema prisional é gerido pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)¹ do Poder Executivo Federal, cuja atribuição objetiva a garantia da segurança pública pela aplicação e cumprimento da Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal (LEP), bem como da Política Penitenciária Nacional. Simultaneamente, responsabiliza-se pelo refreamento de ações e isolamento de lideranças do crime organizado; pela custódia dos detentos condenados e provisórios, líderes ou membros de organizações criminosas, perigosos, autores de crimes violentos, responsáveis por evasão e grave indisciplina nos estabelecimentos penais, réus colaboradores e delatores premiados; e pela salvaguarda e promoção da dignidade humana, do profissionalismo e transparência para uma sociedade justa e democrática. (BRASIL, 2021).

Na Portaria n.º 103, de 18 de fevereiro de 2019, do DEPEN, determina-se o Plano e o Mapa Estratégico do Sistema Penitenciário Federal para o período de 2019 a 2023, que visa o combate ao crime organizado e o afastamento de mandantes das referidas facções ou presos de alta periculosidade, por intermédio de um regime de execução penal eficaz e rigoroso que contribua para a ordem e segurança da sociedade. (BRASIL, 2019).

No segundo prisma mencionado, o Sistema Socioeducativo Brasileiro é administrado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído através da Lei

¹ Órgão de administração pública federal direta que atua na defesa da ordem jurídica, direitos políticos e garantias constitucionais; coordenação do Sistema Único de Segurança Pública; defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor; combate ao tráfico de drogas e terrorismo; prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. (BRASIL, 2021).

n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que estipula um conjunto de diretrizes que ofertam a ressocialização aos adolescentes em conflito com a lei. Entre as medidas socioeducativas adotadas, o jovem infrator é subjugado à internação, internação provisória, semiliberdade, prestação de serviços comunitários ou liberdade assistida, cujo intuito é responsabilizá-lo às consequências decorrentes do ato infracional, entretanto, com estímulos à reparação e com a promoção de serviços educacionais, tarefas de integração na sociedade e garantia dos direitos individuais e sociais. (BRASIL, 2012).

O Sistema Socioeducativo protagoniza a intervenção de adolescentes infratores e de atos criminosos e violentos cometidos pelos mesmos. Este processo oportuniza o fomento da ressocialização dos infringentes, isto é, restauração e formação de adolescentes como cidadãos autônomos, solidários e profissionais, que possam estruturar projetos de vida e que possuam plena convivência familiar e comunitária. (SANTA CATARINA, 2021).

A execução penal e aplicação de medidas socioeducativas desempenham um papel de primordialidade no país, visto que objetivam a segurança populacional brasileira. Neste viés, Foucault (1975, p. 297) afirma que “a prisão foi uma peça essencial no conjunto das punições, marcando um momento importante na história da justiça penal” e, em alicerce à ponderação do autor, reflete-se que o funcionamento do sistema prisional na realidade do Brasil, apesar das complexidades e limitações, opera como método disciplinar que efetiva a sentença e decisão criminal com garantia de direitos sociais e individuais do condenado e do internado; garante a segurança pública; resguarda a sociedade; e repara, transforma ou disciplina os indivíduos infratores.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os aspectos metodológicos que nortearam a elaboração desta pesquisa abarcam as vertentes de abordagem, natureza, objetivos e procedimentos. Quanto à abordagem, este estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa que objetiva, compreende e descreve um fenômeno para embasar conceitos e opiniões (OLIVEIRA, 2016; GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Neste sentido, o tema almeja assimilar e evidenciar as competências do Arquivista para sua atuação no Sistema Penitenciário e Socioeducativo.

Referente à natureza, o estudo classifica-se como pesquisa básica, a qual promove novos conhecimentos e fomenta o avanço da ciência, todavia, sem aplicabilidade prevista (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Com a concretização deste estudo pretende-se fomentar

o material informativo na área de Arquivologia, além de viabilizar novos conhecimentos ao refletir o âmbito prisional como cenário de trabalho do Arquivista.

Os objetivos abrangem a pesquisa descritiva, uma vez que analisa aspectos gerais e amplos de um determinado contexto ou realidade pesquisada, com intuito de descrevê-la, classificá-la e interpretá-la (OLIVEIRA, 2016). O estudo busca descrever as competências necessárias para que o Arquivista desempenhe suas atribuições com eficácia e eficiência em múltiplos ambientes profissionais com escopos técnicos transdisciplinares.

Nos procedimentos, o estudo classifica-se como pesquisa bibliográfica, em razão de que consulta e recorre às fontes e materiais científicos (OLIVEIRA, 2016). De acordo com Köche (2015), há inúmeras razões para a utilização da pesquisa bibliográfica, destarte, no presente estudo, corrobora-se pela realização de coleta de dados na literatura arquivística e da área penal, com o objetivo de identificar as competências do Arquivista e caracterizar o sistema prisional nacional.

No que tange à estruturação do presente estudo, a população de pesquisa envolve o Arquivista, ao explorá-lo como profissional capacitado para desempenhar suas funções e agregar suas competências em inúmeras áreas de atuação, inclusive, no âmbito prisional. A amostra da pesquisa abrange o Sistema Penitenciário e Socioeducativo, em delimitação geográfica nacional, com pretensão de retratá-lo como um campo de atuação profissional inovador ao Arquivista.

O processo de coleta de dados para a fundamentação deste estudo foi realizado por meio de buscas efetuadas em determinadas revistas das áreas de Ciência da Informação, Arquivologia e Execução Penal, com delimitação temporal de cinco anos (2015-2020), nas quais se dispensou a utilização de operadores booleanos, se inseriram aspas duplas para auxiliar na recuperação do termo exato e aplicaram-se palavras-chaves da língua nacional e em suas traduções na língua inglesa e espanhola, conforme apresenta o Quadro 1.

QUADRO 1 – Revistas e palavras-chaves definidas

REVISTAS	PALAVRAS-CHAVES
Ágora: Arquivologia em Debate;	Arquivista
Perspectivas em Ciência da Informação;	Competência
Transinformação;	Competência do Arquivista
<i>Revista Española de Documentación Científica</i> ;	Sistema Prisional
Revista Brasileira de Execução Penal do Departamento Penitenciário Nacional.	Sistema Penitenciário
	Sistema Socioeducativo

FONTE: adaptado pelas autoras (2020).

Das buscas efetuadas, a maior quantidade das publicações científicas resultadas se decorreu na revista *Ágora: Arquivologia em Debate*, enquanto que a menor quantidade foi resultada na revista *Transinformação*. Dentre o total de resultados obtidos com as buscas, primeiramente selecionaram-se as publicações análogas ao presente tema com base nos seus respectivos títulos. Em seguida efetuou-se a leitura dos resumos e palavras-chaves das publicações para verificar a equivalência com a presente pesquisa, destarte, somente 13 publicações científicas, resultantes das buscas, auxiliaram na edificação teórica deste estudo. A inexistência de pesquisas que correlacionam a Arquivologia ao sistema prisional inviabilizou a contextualização deste estudo, em contrapartida, corroborou sua justificativa de elaboração.

Conjuntamente às 13 publicações seletadas para o embasamento teórico do estudo, oriundas das buscas efetuadas nas revistas supracitadas, utilizaram-se dados obtidos em outros artigos científicos, bem como em livros, teses, dissertações e monografias, em que se manteve a delimitação temporal definida (2015-2020).

5 COMPETÊNCIAS DO ARQUIVISTA PARA O TRABALHO

O termo “competência” atribui-se ao indivíduo como definição de determinada tarefa e função junto às características do seu perfil (GRAMIGNA, 2002). Quando relacionada à informação, a competência classifica-se como um compilado de motivação e fomentação para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, da independência, do pensamento crítico e lógico, da autonomia, e incentiva o aprender ao longo da vida e o aprender a aprender, cujo fundamento principal é reafirmar a relação entre a capacitação e qualificação pessoal vinculada ao trabalho (CAMPELLO, 2003; SOUZA; BAHIA; VITORINO, 2020).

Independentemente da área do conhecimento, os encargos e atividades se alteram conforme surgem novas necessidades de informação e comunicação, logo, o indivíduo necessita aperfeiçoar e atualizar suas competências de modo frequente para sua atuação profissional (VENTURA; SILVA; VITORINO; 2018).

Ao caracterizar o Arquivista, cita-se a Lei n.º 6.546, de 4 de julho de 1978, a qual regulamenta sua profissão e diretiva como atribuições deste profissional (BRASIL, 1978):

- I - Planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- II - Planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;

- III - Planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
- IV - Planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
- V - Planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- VI - Orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- VII - Orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
- VIII - Orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- IX - Promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X - Elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
- XI - Assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
- XII - Desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes.

Na sociedade, o Arquivista é especialista em conhecimentos, habilidades e atitudes para a atuação de forma crítica diante das demandas informacionais, desde dados à sua complexidade como conhecimento, além de considerar as variações oriundas de avanços globais que repercutem nas necessidades e ambições dos usuários e da sociedade da informação (MISCHIATI; VALENTIM, 2005). Este profissional instrui-se para satisfazer as necessidades informativas, possibilitar a pesquisa e difusão cultural, e desempenhar suas atividades com agilidade, eficiência e economia para a salvaguarda de direitos e deveres contidos nas informações que gerencia. (DUARTE, 2006).

Diante dos desafios originados na sociedade, este profissional necessita continuar a ruptura de paradigmas de sua área como ciência e profissão, reformular suas atribuições, obter saberes além dos tradicionais e aprimorar frequentemente suas competências para ser qualificado no exercício de suas funções nos distintos campos do mercado de trabalho (SANTA ANNA, 2017). A ampla e hodierna demanda de usuários diversos requer que o Arquivista não opere apenas como um custodiador de documentos, mas que seja proativo diante aos acessos à informação. (VENTURA; SILVA; VITORINO; 2018).

O Arquivista é considerado como profissional da Informação, e conforme Valentim (2002), suas competências agrupam-se nas seguintes categorias e definições:

QUADRO 2 – Competência do Profissional da Informação

Competências Técnico-Científicas	<ul style="list-style-type: none"> a) Assessorar a avaliação de coleções bibliográfico–documentais; b) Buscar, registrar, avaliar e difundir a informação com finalidades acadêmicas e profissionais; c) Desenvolver e executar o processamento de documento em distintos suportes em unidades, sistemas e serviços de informação; d) Elaborar produtos de informação; e) Executar processos automatizados próprios em um entorno informatizado; f) Formular políticas de pesquisa em Ciência da Informação; g) Planejar, constituir e manipular redes globais de informação; h) Preservar e conservar materiais armazenados nas unidades de informação; i) Realizar perícias sobre autenticidade, antiguidade, procedência e estado geral de materiais impressos de valor bibliófilo. j) Realizar pesquisas sobre o desenvolvimento e aplicação de metodologia da elaboração de conhecimento registrado; k) Reunir e valorar documentos e proceder a arquivamento; l) Selecionar e avaliar todos os tipos de materiais para unidades de informação; m) Selecionar, registrar, armazenar recuperar e difundir informação em qualquer meio para usuários de unidades, sistemas e serviços de informação; n) Utilizar e disseminar fontes, produtos e recursos de informação em diferentes suportes;
Competências Sociais e Políticas	<ul style="list-style-type: none"> a) Assessorar e intervir na criação de normas jurídicas da Ciência da Informação. b) Assessorar e intervir na formulação de políticas de informação; c) Assessorar no planejamento de recursos econômico-financeiros e humanos; d) Atuar coletivamente com seus pares no âmbito das instituições sociais, com objetivos da promoção e defesa da profissão; e) Buscar, registrar, avaliar e difundir a informação com finalidades acadêmicas e profissionais; f) Contribuir para definir, consolidar e desenvolver o mercado de trabalho da área; g) Fomentar uma atitude aberta e interativa com os diversos trabalhadores; h) Formular políticas de pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação; i) Identificar as novas demandas sociais de informação contribuir par consolidar e desenvolver o mercado de trabalho da área; j) Planejar e executar estudos de usuários e formação de usuários da informação; k) Promover uma atitude crítica e criativa a respeito das resoluções de problemas e questões de informação; l) Selecionar e avaliar todos os tipos de materiais para unidades de informação;
Competências de Comunicação e Expressão	<ul style="list-style-type: none"> a) Aplicar técnicas de marketing, liderança e de relações públicas; b) Capacitar e orientar usuários para o melhor uso dos recursos de informação disponíveis nas unidades de em informação; c) Elaborar produtos de informação; d) Executar processos automatizados próprios em um entorno informatizado; e) Formular e gerenciar projetos de informação; f) Planejar e executar estudos de usuários e formação de usuários da informação.

Competências Gerenciais	<ul style="list-style-type: none"> a) Aplicar técnicas de marketing, liderança e de relações públicas; b) Assessorar o planejamento de recursos econômico-financeiros e humanos; c) Buscar, registrar, avaliar e difundir a informação com finalidades acadêmicas e profissionais; d) Dirigir, administrar, coordenar unidade e sistemas e serviços de informação; e) Elaborar produtos de informação; f) Formular e gerenciar projetos de informação; g) Planejar coordenar e avaliar a preservação e conservação de acervos documentais; h) Planejar e executar estudos de usuários e formação de usuários da informação; i) Planejar, constituir e manipular redes globais de informação.
-------------------------	---

FONTE: Adaptado de Valentim (2002).

A informação é um elemento corrente, constante e precípuo, o Arquivista necessita de formação continuada para potencializar suas competências e se beneficiar como criador, produtor, utilizador, consumidor e agente contínuo de desenvolvimento de seus saberes com visões voltadas às oportunidades e mudanças para a atualidade (SANTOS, 2002).

No último decênio ampliaram-se as classificações das competências em informação. Em 1999 publicou-se o Euro-Referencial I-D de competências do *European Council of Information Associations* (ECIA), um instrumento criado por meio do projeto *Développer les eurocompétences en information et documentation* (DECIDoc) que reconhece os 33 domínios de competências divididos em 05 (cinco) grupos. No ano de 2003, o instrumento foi reestruturado e ampliado para uma segunda edição, a qual fora publicada em 2005.

Quadro 3 – Grupos de competências do Euro-Referencial I-D

I – Informação	<ul style="list-style-type: none"> I01 – Relações com os usuários I02 – Reconhecimento da profissão I03 – Conhecimento e aplicação das leis relativas à informação I04 – Gestão dos conteúdos I05 – Identificação e avaliação das fontes de informação I06 – Análise e representação da informação I07 – Pesquisa e recuperação da informação I08 – Gestão de fundos e coleções I09 – Aquisição de fundos e coleções I10 – Tratamento físico dos documentos I11 – Organização do espaço do arquivo I12 – Concepção de produtos e serviços informacionais
C – Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> C01 – Comunicação oral C02 – Comunicação escrita C03 – Comunicação audiovisual C04 – Comunicação eletrônica C05 – Utilização de língua estrangeira C06 – Comunicação interpessoal C07 – Comunicação institucional

T – Tecnologias	T01 – Concepção de sistema de informação T02 – Desenvolvimento de sistemas de informação T03 – Difusão informacional T04 – Utilização de tecnologias da internet T05 – Utilização de tecnologias da informação e comunicação
M – Gestão	M01 – Gestão da informação M02 – Marketing M03 – Venda e difusão M04 – Gestão orçamental M05 – Gestão de projetos M06 – Diagnóstico e avaliação dos recursos do arquivo M07 – Gestão dos recursos humanos M08 – Formação e ações pedagógicas
S – Outros Saberes	S01 – Saberes complementares

Fonte: Adaptado de *European Council of Information Associations* (ECIA, 2005).

Na visão de Mischiati e Valentim (2005), o Arquivista que atua com equipe de trabalho multidisciplinar necessita: desempenhar suas atividades conforme as funções arquivísticas e os princípios da Arquivologia, e em concordância com a Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI) e com Lei n.º 8.159 de 8 de janeiro de 1991 – Lei de Arquivos; colaborar com responsabilidade no uso de recursos e instrumentos da profissão para atender as demandas intrínsecas e extrínsecas da equipe, público, usuários ou para o próprio ambiente de trabalho; usufruir da ética profissional instruída no decorrer de sua formação técnica ou superior; acatar as diretrizes, normativas e as regulamentações estipuladas pela instituição na qual vincula-se; e apresentar um perfil pessoal-profissional com competência teórica, técnica e prática correlacionada aos aspectos atuais da sociedade, tecnologia, cultura, informação e comunicação.

O Conselho Internacional de Arquivos (ICA, 2011) expõe que partes interessadas (sindicatos, associações, profissionais e escolas afins) podem administrar a criação dos perfis de competências para diferentes finalidades: autoavaliação, atividades de recursos humanos, planejamento do desenvolvimento profissional contínuo, registro, criação de perfis laborais e educação. O ICA (2011) lista determinados aspectos das competências:

QUADRO 4 – Aspectos das competências

a) É a integração de três elementos: conhecimento, habilidades e aptidão.
b) Afetam-se pelo caráter, valores, estado de espírito e desempenho de um indivíduo.
c) Podem desenvolver-se ao longo de uma carreira profissional.
d) São medidas através do comportamento, desempenho, resultados ou realizações de um indivíduo.

e) Variam do arquivamento de um registro ou da produção de um termo, ou representam atividades abstratas, como o processo decisório e a tomada de decisão.
f) Seus resultados podem ser refletidos, questionados e justificados no contexto de uma profissão, ocupação, função ou cargo.
g) Seus resultados podem ser comparados ao desempenho específico para determinada competência em um determinado contexto.
h) Podem ser medidas em diferentes níveis de proficiência.
i) O conjunto de competências necessárias para uma profissão é variável.
j) Concentram-se em aspectos da profissão ou em uma função específica.
k) Podem ser genéricas e aplicáveis a mais de uma profissão.

FONTE: Adaptado de ICA (2011).

De acordo com Souto (2006), o do Arquivista no contexto atual envolve: capacidade de aprender e adaptar-se às mudanças; trabalho em grupo e com equipe multidisciplinar; domínio digital; constante busca pelo desenvolvimento e formação continuada para o processo de inovação. Neste viés, como reflete Marcos (2017), o Arquivista desenvolve seu perfil com olhar prospectivo e consciente de que o valor social do exercer de suas atividades vincula-se e depende de suas competências.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa percebe-se que as demandas do futuro requerem que profissionais se adaptem às constantes alterações e particularidades do mundo atual, e que aprimorem seus perfis para suprir as necessidades de uma sociedade que Teixeira (2006) considera complexa, dinâmica, imponderáveis e enérgicos.

O mundo vivencia uma prospectiva de futuro relacionada às profissões e suas funções, na qual o mercado de trabalho almeja profissionais que combinem suas funções tradicionais às funções inovadoras para objetivar o desempenho de atividades conforme suas atribuições, bem como para o aproveitamento de oportunidades que visem o sucesso (BAGIO; BAGIO, 2014). As mudanças são implacáveis para que as profissões permaneçam no mercado de trabalho e que seus profissionais mostrarem-se capazes de atuar em novos cenários. (SANTOS; AGUIAR, 2020).

A delimitação desta pesquisa surgiu através da reflexão do saber-fazer do Arquivista para exercer suas funções em diversos ambientes laborais. Conjuntamente, refletiu-se sobre a relevância de compreender as competências deste profissional para oportunizar a realização de suas atividades em ambientes que diferem dos Arquivos.

Como resultado identifica-se que as demandas surgidas oportunizam a transgressão do Arquivista no trabalho para que se explorem novos horizontes na esfera das profissões e continuem colaborando com a quebra de paradigmas impostos à Arquivologia e Ciência da Informação. O profissional recebe a oportunidade de ultrapassar a sua primordial visão como capacitado apenas para realizar o tratamento e gestão de metodologia arquivística em documentos de Arquivos ou de demais acervos de unidades de informação, e passa a ser visto como um agente mediador da informação. Portanto, o Arquivista contemporâneo é habilitado para suprir as necessidades informacionais de usuários e da sociedade.

Ao interligar o exercício de suas funções, atividades e atribuições com determinadas técnicas inovadoras, proativas, criativas e atualizadas, o Arquivista mesclará o tradicional ao novo e se tornará o novo tipo de profissional que o mercado de trabalho almeja. Para a capacitação no cenário de inovações necessita-se da constante evolução, aprendizado, perspectivas de futuro, estratégias de sucesso, formação continuada para objetivar seus progressos e aprimorar seu perfil pessoal-profissional junto aos seus conhecimentos, habilidades e aptidões, os três elementos da competência de acordo com o ICA (2011).

A presença de Arquivistas em cenários de trabalho transcendentem que ponderam a informação como elemento primordial e componente essencial permite a criação de uma ponte para que haja o intercâmbio de saberes e fazeres entre áreas. O Arquivista é apto para atuar no Sistema Penitenciário e Socioeducativo e com equipe multidisciplinar, uma vez que contribuirá e correlacionará seus ensinamentos, experiências e competências aos demais profissionais do âmbito prisional, desta forma, possibilitará esta permuta em um ambiente transdisciplinar para o auxílio e contribuição no combate ao crime e zelo pela segurança do populacional, governamental e informacional.

O Sistema Penitenciário e Socioeducativo poderá se beneficiar com o desempenho do Arquivista, no que concerne às atividades de tratamento e gestão documental, e recuperação da informação. Neste âmbito, torna-se possível a este profissional: auxiliar na busca, obtenção, análise e trâmite de informações referentes aos fatos que ameaçam a sociedade e o poder público; gerenciar informações para a produção de conhecimentos que forneçam subsídios às tomadas de decisões e aos serviços administrativos e operacionais; produzir documentos de valor administrativo e jurídico; contribuir na eficácia e eficiência da recuperação da informação; executar atividades para a preservação e

conservação documental; e conceder ou inibir acesso às informações classificadas com graus de sigilo.

Explorar as competências do profissional qualificado para atuar em novos cenários de atuação, isto é, ambientes que distingam dos Arquivos e demais acervos, em especial, no Sistema Penitenciário e Socioeducativo, fomenta a produção de pesquisas na área de Arquivologia que geram conhecimentos sobre a inserção do Arquivista em ambientes novos e que representem a transdisciplinaridade e ruptura de paradigmas. Ademais, possibilita a contribuição de material teórico informativo que explora a relevância destes profissionais em locais laborais que ponderam imperativamente a obtenção e o trâmite da informação a favor de gerar benefícios a uma coletividade.

REFERÊNCIAS

- BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. Empreendedorismo: conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, São Bernardo do Campo, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2014. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistas/article/view/612>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- BAHIA, E. M. dos S. **Competências arquivísticas no mercado de trabalho**. 1. ed. Curitiba, PR: Appris, 2018.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2007.
- BICALHO, L. M.; OLIVEIRA, M. de. Transdisciplinaridade nas ciências: o lugar da Ciência da Informação. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA COMPLEXIDADE, 1., Curitiba, PR, 2005. **Anais...** Curitiba: IEC, PUCPR, UFPR e UFSC, 2005.
- BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, Washington, v. 19, n.1, p. 3-5, jan. 1968. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/asi.5090190103>. Acesso em: 20 maio 2021.
- BRASIL. Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12527&ano=2011&ato=dc1UTUU1UMVpWT65a>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- BRASIL. **Lei Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 7 jul. 2021.
- BRASIL. **Lei Nº 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6546.htm. Acesso em: 11 jul. 2021.

- BRASIL. **Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 29 jun. 2021.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Departamento Penitenciário Nacional**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/departamento-penitenciario-nacional-1>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Portaria GAB-DEPEN n.º 103, de 18 de fevereiro de 2019**. Aprova o Plano e o Mapa estratégico do Sistema Penitenciário Federal para o período 2019-2023. Boletim de Serviço, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/3349/1/PRT_DEPEN_2019_103.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.
- BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/%28SICI%291097-4571%28199106%2942%3A5%3C351%3A%3AAID-ASI%3E3.0.CO%3B2-3>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/9nQgbdkq5nXsNBLfv5MBHNm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 jun. 2021.
- CAPURRO, R. **Epistemologia e ciência da informação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5. Minas Gerais: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: Acesso em: 1 jun. 2021.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Comitê de Boas Práticas e Normas. Grupo de Trabalho sobre Acesso. **Princípios de acesso aos arquivos**. 2011. Disponível em: <http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manuals-and-guidelines/principles-ofaccess-to-archives.html>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- DELUIZ, N. Qualificação, competências e certificação: visão do mundo do trabalho. **Formação**, Brasília, DF, n. 2, p. 7-17, 2001. Disponível em: <https://docplayer.com.br/110360951-Formacao-humanizar-cuidados-de-saude-uma-questao-de-competencia.html>. Acesso em: 17 fev. 2021.
- DUARTE, Z. Arquivo e Arquivista: conceituação e perfil profissional. **Revista da Faculdade de Letras: Ciência e Técnicas do Patrimônio**, Porto, v. 5-6, p. 141-151, 2006. Disponível em: <https://silo.tips/download/arquivo-e-arquivista-conceituacao-e-perfil-profissional>. Acesso em: 28 maio 2021.
- EUROPEAN COUNCIL OF INFORMATION ASSOCIATIONS. **Euro-referencial I-D**. Lisboa: INCITE, 2005.
- FIORAVANTE, R.; FELICIANO, A. M. O Sistema de Inteligência Penitenciária e a análise e o monitoramento de organizações criminosas atuantes em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, DF, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), n. 11, p. 79-93, dez. 2016. Disponível em: <https://rbi.enap.gov.br/index.php/RBI/article/view/137/112>. Acesso em: 4 jan. 2021.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- GERLIN, M. N. M.; SIMEÃO, E. L. M. S. Transgressões no campo da Ciência da Informação: abordagens de uma prática científica em permanente constituição. **Em Questão**, Porto Alegre, RS, v. 23, n. 2, p. 34-58, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/58930/40615>. Acesso em: 18 jul. 2021.

- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da ciência da informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/FwJWGzhN77SSYWNqwHHyYgw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- GRAMIGNA, M. R. **Modelo de competências e gestão dos talentos**. São Paulo, SP: Makron Books, 2002.
- HARARI, Y. N. **21 lições para o século 21**. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 314 p. Disponível em: <http://dagobah.com.br/wp-content/uploads/2019/02/21-lico-es-para-o-seculo-21-Yuval-Noah-Harari.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.
- MARCOS, I. M. V. Num mundo em mudança, o Euro-Referencial do ECIA continua a validar as competências dos profissionais da informação? **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 22, n. 3, p. 64-85, set./out. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/31611>. Acesso em: 16 mar. 2021.
- MISCHIATI, A. C.; VALENTIM, M. L. P. Reflexões sobre a ética e a atuação profissional do Bibliotecário. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 3, Campinas, SP, p. 209-220, set./dez. 2005. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3843/Resumenes/Abstract_384334740001_2.pdf. Acesso em: 26 jun. 2021.
- OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 232 p.
- PINHEIRO, L. V. R. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: PINHEIRO, L. V. R. **Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade**. Brasília, DF, IBICT, 1999. p.155-182.
- PINHEIRO, L. V. R. Pilares conceituais para mapeamento do território epistemológico da ciência da informação: disciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e aplicações. In: PINTO, V. B.; CAVALCANTE, L. E.; SILVA NETO, C. (orgs.). **Ciência da Informação: Abordagens Transdisciplinares, Gênese e Aplicações**. Fortaleza, CE: UFC, 2007. p. 71-104.
- POMBO, O.; GUIMARÃES, H.; LEVY, T. **Interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. 2 ed. rev. aum. Lisboa: Texto, 1994.
- RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**. Paracambi, RJ: Fundação de Apoio à Escola Técnica, Instituto Superior de Tecnologia de Paracambi, 2007.
- SANTA CATARINA. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO SOCIOEDUCATIVO. Institucional. **Missão, Visão e Valores**. 2020. Disponível em: <https://www.dease.sc.gov.br/institucional/missao-visao-e-valores>. Acesso em: 13 jul. 2021.
- SANTOS, P. L. V. A. da C. As novas tecnologias na formação do profissional da informação. 2002. In: VALENTIM, M. L. P. (coord.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo, SP: Polis, 2002. p. 103-116.
- SANTOS, R. F. dos; AGUIAR, L. B. Práticas de organização e tratamento da informação em órgãos oficiais de perícia criminal: novos cenários para atuação do profissional da informação. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, AL, v. 7, n. 2, p. 33-53, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/9871/7728>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jul. 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308/17916>. Acesso em: 29 abr. 2021.

- SOUTO, S. M. de O. **O profissional da informação frente às tecnologias do novo milênio e as exigências do mundo do trabalho**. 2006. Disponível em: http://www.cinform-antteriores.ufba.br/iv_anais/artigos/TEXTO16.HTM. Acesso em: 14 jul. 2021.
- SOUZA, A. C. de; BAHIA, E. M. dos S.; VITORINO, E. V. Dimensões da competência em informação sob a perspectiva de Zarifian. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 56-76, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/24118>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- TARGINO, M. das G. A interdisciplinaridade da Ciência da informação como área de pesquisa. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, PB, v. 5, n. 1, p. 12-17, jan./dez. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/196>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- TEIXEIRA, M. M. S. Perfil do profissional de inteligência. **Revista Brasileira de Inteligência (RBI)**, Brasília, DF, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), v. 2, p. 29-30, set. 2006. Disponível em: <https://rbi.enap.gov.br/index.php/RBI/article/view/40>. Acesso em: 29 jan. 2020.
- VALENTIM, M. L. P. Formação: competências e habilidades do profissional da Informação. 2002. *In*: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo, SP: Polis, 2002. p. 117-132.
- VENTURA, R.; SILVA, E. C. L. da.; VITORINO, E. V. Competência em informação: uma abordagem sobre o arquivista. **Biblos**, Limas, n. 73, p. 35-50, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5195/biblos.2018.392>. Acesso em: 29 jan. 2020.